

PGR defende anulação de acordo de delação dos irmãos Batista

A Procuradoria-Geral da República defende que seja anulado o acordo de delação premiada feito pelos irmãos Batista, Wesley e Joesley, e Francisco de Assis, todos executivos da JBS.

Reprodução



Irmãos Batista fizeram acordo de delação com MPF. Reprodução

A posição, assinada pelo procurador-geral Augusto Aras, foi exposta na manifestação final da entidade no processo que corre no Supremo Tribunal Federal sobre a anulação do acordo. [A relatoria é](#) do ministro Luiz Edson Fachin.

Aras cita especialmente a contratação pelos irmãos Batista do ex-procurador da República Marcelo Miller como uma tentativa de burlar a lei, no mesmo período que fazia o acordo de colaboração.

"A conduta de cooptar um Procurador da República, recém egresso da equipe da Lava Fato na PGR, com o objetivo de usá-lo como meio de acesso aos responsáveis pelas negociações da colaboração premiada em curso, ostenta gravidade notória. Ela demonstra que Joesley Batista, Wesley Batista, Ricardo Saud, Francisco de Assis e Silva, em pleno processo de negociação e celebração dos respectivos acordos de colaboração premiada, ao invés de adentrarem um espaço de conscientização e redenção pela prática de incontáveis delitos ao longo de suas vidas, escolheram fazer mais do mesmo: continuarem delinquindo, desta vez se valendo de um membro do próprio Ministério Público", afirma Aras.

O PGR também lembra que os delatores se omitiram de informar um pagamento indevido de R\$ 500 mil ao senador Ciro Nogueira.

"O episódio envolvendo Ciro Nogueira revela que Joesley Batista e Ricardo Saud assumiram a condição de ex-colaboradores com o pensamento de que poderiam simplesmente "escolher" quem e o que delatar, na lógica de, mais uma vez, potencializar seus ganhos e minorar suas perdas", diz o PGR na manifestação.

Clique [aqui](#) para ler a manifestação do MPF.
PEC 7.003

Date Created

05/11/2019